



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Machado, Vanderlei

Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e
desaparecidos políticos no Brasil

História Unisinos, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 179-188

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866792011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil

Paternity, maternity and dictatorship: Actions of fathers and mothers of arrested, killed and missing leftist activists in Brazil

Vanderlei Machado¹

vandermachado@hotmail.com

Resumo: Neste texto, pretende-se descrever e analisar a maneira como os pais e as mães de militantes de esquerda presos, torturados e mortos, durante a ditadura no Brasil, agiram no sentido de denunciar as violações aos Direitos Humanos empreendidas pelos órgãos da repressão. Ao destacar a maneira como estes pais e estas mães reagiram ao saber da prisão e/ou do desaparecimento de seus filhos e filhas, entre 1969 e 1974, pretende-se discutir papéis paternos e maternos num contexto específico, utilizando a noção de “jogos de gênero”. Na construção desta história, são usados três livros de memória, escritos por parentes e amigos, que narram a trajetória política de ex-militantes de esquerda e que se referem aos temas em questão. Este trabalho se insere no campo dos estudos de gênero.

Palavras-chave: paternidade, maternidade, ditadura, relações de gênero.

Abstract: This article describes and analyzes how the fathers and mothers of arrested, killed and missing leftist activists during the dictatorship in Brazil acted to denounce the human rights violations carried out by repression agencies. Using the concept of dynamics of gender, it discusses maternal and paternal roles in a specific context by highlighting how these fathers and these mothers reacted after finding out about the imprisonment and/or “disappearance” of their sons and daughters in the period from 1969 to 1974. Three books of memories are used in the construction of this history. They were written by friends and relatives and describe the political career of former leftist activists, besides referring to the topics in question. This article is situated in the field of gender studies.

Key words: paternity, maternity, dictatorship, gender relations.

¹ Professor de História do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço a leitura e as contribuições de Carla Simone Rodeghero e Alessandro Güntzel.

O presente artigo busca conhecer a maneira como pais e mães de militantes de esquerda atuaram, entre 1969 e 1974, na busca por informações sobre o paradeiro de seus filhos e filhas quando estes estavam nas mãos dos agentes da repressão. Quer entender o modo como os genitores reagiram a situações de prisão, desaparecimento ou morte e que estratégias utilizaram para auxiliar filhos e filhas.

Esta reflexão se insere no campo dos estudos de gênero. Segundo Joan Scott, o termo gênero é utilizado, entre outras possibilidades, para “sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (Scott, 1995, p. 75). O termo gênero, continua a autora,

torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. [...] O gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 75-86).

Em um texto publicado em 2005, Joana Maria Pedro constatou que eram poucas as historiadoras e os historiadores que, no Brasil, vinham refletindo sobre gênero como categoria de análise. O que mais a autora observava era o uso deste termo em títulos de livros e de artigos, uma rara prática da reflexão aprofundada sobre o assunto. Afinal, se perguntava Joana Maria Pedro, “do que estamos falando quando dizemos ‘relações de gênero’? Estamos nos referindo a uma categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração?” (Pedro, 2005, p. 78). A autora nos informa que a utilização da palavra “gênero” tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, luta por igualdade e por respeito. O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica, destaca a autora, passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero (Pedro, 2005, p. 88).

No presente texto, utilizaremos a noção de “jogos de gênero”, formulada por Luc Capdevila, a partir das reflexões de Joan Scott. Os jogos de gênero, segundo o autor, são estratégias de ação pautadas em modelos aceitos para a atuação feminina, utilizadas em contextos históricos de guerras ou ditaduras (como na Alemanha nazista e nas ditaduras latino-americanas), quando as mulheres emergiram na esfera pública utilizando, de forma consciente ou inconsciente, papéis reconhecidos como femininos. Ao “jogar” com estes papéis, as mulheres “driblaram” situações de grande risco, em contextos políticos marcados pela completa negação das liberdades públicas e foram além daquilo que era considerado seu espaço legítimo de atuação (Capdevila, 2001, p. 104). Esta noção se mostra útil para refletir sobre as diferentes estratégias que mães e

pais de perseguidos políticos colocaram em ação ao longo do período em estudo.

A filósofa francesa Elisabeth Badinter assinala que, na primeira metade do século XIX, é possível perceber o “triunfo do dimorfismo radical”, quando a biologia se tornou o fundamento epistemológico dos preceitos sociais. Neste quadro, o útero e os ovários definem a mulher e consagram sua função maternal bem como fazem dela uma criatura em tudo oposta ao seu companheiro. A heterogeneidade dos sexos passou a comandar destinos e direitos diferentes (Badinter, 1993, p. 9). Dentro dessa perspectiva achava-se a mulher, “fortalecida com seu poder de gerar”, reinando como senhora absoluta no lar, orientando a educação dos filhos e sendo constrangida pela lei moral que decide sobre os bons costumes. Pertencia ao homem o resto do mundo: incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública era descrita com seu elemento natural. Estas representações até recentemente povoaram o imaginário social ocidental (Capdevila, 2001, p. 104).

Para Luc Capdevila, em períodos de crise política, notadamente durante os períodos históricos dominados por guerras, como as que aconteceram na Europa na primeira metade do século XX, e de ditaduras, como as latino-americanas, estas representações de gênero foram em alguns momentos embaralhadas em razão, entre outras questões, da redefinição dos limites entre as esferas pública e privada (Capdevila, 2001, p. 105). Nesse sentido, a categoria jogos de gênero nos ajuda a pensar como situações de guerra e conflitos “mobilizaram diferentemente identidades de gênero e constituem as mulheres como interlocutores privilegiados em contexto de autoritarismo e repressão” (Fonteles Duarte, 2009, p. 15).

As estratégias utilizadas por pais e mães de presos e desaparecidos políticos no Brasil, entre 1969 e 1974, serão captadas em livros de memória, considerados aqui como lugares de memória (Nora, 1993). Entendida como a capacidade que os indivíduos têm de buscar, a partir de um esforço de rememoração, lembranças relativas a situações passadas, a memória tem também uma dimensão coletiva. Ela diz respeito ao indivíduo que, instigado pelo tempo presente e por outras questões, reconstrói, a partir da narrativa, experiências que viveu ou sobre as quais teve conhecimento. Refere-se, também, aos quadros sociais que, como dizia Halbwachs, emolduram aquilo que parece ter origem unicamente no indivíduo, mas que é resultado de determinantes sociais (Halbwachs, 1990).

O que os indivíduos lembram ou esquecem está relacionado a diferentes variáveis: ao grupo com o qual convivem ou conviveram, às normas sociais vigentes ou em processo de ruptura, à sua capacidade de narrar, à existência de ouvintes, ao processo de construção de identidades (permanecer o mesmo no tempo), etc. O que

as coletividades lembram, ou o que é entendido como a memória de uma coletividade, por sua vez, tem estreita relação com as disputas políticas entre diferentes relatos sobre o passado. Como nos alertou Pollak, a memória coletiva não é algo dado que paira acima dos indivíduos, mas algo em contínuo processo de construção (Pollak, 1989, p. 3-15). Por isso, sempre podem vir à tona “memórias subterrâneas”, memórias que até então não tinham encontrado espaço de acolhimento. Existiriam, para o autor, circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis para a emergência de “memórias marginalizadas”. As favoráveis estariam relacionadas a momentos de crise ou de ruptura nos quais se abrem possibilidades de questionar versões consolidadas sobre o passado.

A riqueza de reflexões proporcionada pela incursão nos domínios da memória pode ser constatada na afirmação de Elizabeth Jelin, para quem “abordar a memória envolve referir-se a recordações e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. Há um jogo de saberes, mas também há emoções. E há ainda vazios e fraturas” (Jelin, 2002, p. 19). Em duas frases, a pesquisadora argentina sintetizou questões que têm ajudado os historiadores e outros profissionais a lidarem com os registros de memória: destacou a complementaridade entre os processos de lembrar e de esquecer; a dimensão da narrativa, sem a qual as experiências, as ações do passado não seriam comunicáveis; o papel nem sempre observado do corpo, que sustenta a narrativa com gestos ou censuras; a dimensão racional da rememoração e a menos lembrada, a afetiva.

Vale a pena refletir um pouco mais sobre esta dimensão afetiva. Cremos que ela pode ser muito fecunda para pensar sobre os problemas que esta pesquisa persegue. Começaram a surgir, nos últimos anos, estudos preocupados com as “relações entre os afetos e o político, entre sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas” (Ansart, 2001, p. 15). São estudos que propõem recuperar, para a análise de situações históricas específicas, as reflexões sobre o ressentimento, sobre as formas como ele se manifesta, sobre suas fontes, sobre as atitudes conscientes e inconscientes que inspira e, ainda, sobre as possibilidades de se pensar em ressentimentos coletivos (ver, por exemplo, Selligmann-Silva, 2003). Esta abordagem, assim como aquela que se debruça sobre traumas individuais e coletivos, tem contribuído para a construção de análises mais complexas a respeito dos contextos ditatoriais, na América Latina e em outros lugares do mundo. Acreditamos que nosso objeto de estudo pode

dialogar com novos olhares a respeito da relação entre os afetos e a política, tanto porque a militância da chamada “geração de 1968” foi muito marcada pela utopia e pela paixão, quanto porque as dimensões geralmente tidas como privadas da vida dessas pessoas e de seus familiares foram transtornadas pelo enfrentamento entre a militância e a repressão.² As expectativas e os ressentimentos que pais, mães, filhos e filhas cultivaram uns em relação aos outros e em relação ao futuro que se esperava construir podem ser captados no material empírico com a ajuda de ferramentas como as oferecidas pelos estudos sobre ressentimento, memória e política.

Queremos ainda lembrar que, tanto na sua dimensão individual quanto na coletiva, a memória é sempre seletiva, está em constante processo de transformação. Para este processo são decisivos os desafios colocados pelo presente, as expectativas de futuro, a correlação de forças entre diferentes versões, o investimento na fixação de uma ou de outra memória, a receptividade a estes empreendimentos.

Para os familiares dos presos, mortos e desaparecidos políticos, a publicação destes livros tinha entre as suas várias funções a de não deixar que as lutas e as memórias de seus entes queridos fossem esquecidas. Os livros que analisaremos no presente trabalho são: *Onde está meu filho? História de um desaparecido político*, escrito por vários autores (Assis *et al.*, 1985), *O calvário de Sônia Angel*, de João Luiz de Moraes (1994), e, finalmente, *Glória: mãe de preso político*, escrito por Gilney Viana (2000). Outros dois livros que permitem acompanhar a trajetória de mães e de pais em busca de filhos presos ou desaparecidos e que já foram analisados em estudo anterior (Machado, 2012) são *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*, de autoria de Virgínia Valli (1986), e *Honestino, o bom da amizade é a não cobrança*, de Maria Rosa Leite Monteiro (1998).

No período por nós analisado, ainda não existiam organizações coletivas como as criadas posteriormente e voltadas para a luta pela anistia e por esclarecimento sobre os crimes da ditadura, como o Movimento Feminino pela Anistia, os Comitês Brasileiros pela Anistia, o Grupo Tortura Nunca Mais, ou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos.³ Alguns dos pais, mães e irmãos/ãs dos militantes presos, mortos e desaparecidos, mais tarde, ajudaram a fundar estes coletivos e deles participaram. Durante o período estudado, em que prevaleceu a censura aos meios de comunicação, a luta pela localização dos presos e as denúncias dos desaparecimentos concentraram-se na

² Sobre a geração de 1968, ver Ferrer (2011).

³ O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) surgiu em várias cidades do Brasil no ano de 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Therezinha Zerbine foi sua fundadora em São Paulo. Em 1978, foi criado o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), no Rio de Janeiro. É neste momento que aconteceu uma centralização nacional do movimento pela anistia, e os núcleos do MFPA integraram-se aos CBAs. Ainda em 1978 aconteceram dois grandes eventos, o Encontro Nacional pela Anistia e o I Congresso Nacional pela Anistia. Sobre este assunto, ver Rodeghero *et al.* (2011).

atuação dos familiares, geralmente capitaneados pela figura emblemática das mães de militantes políticos. Porém, estas histórias somente ganharam uma maior publicidade nos estertores da ditadura.

Dos três livros que analisaremos, o primeiro foi escrito logo após o fim da ditadura, o segundo foi escrito no início dos anos noventa, num período de consolidação da democracia no país, e o terceiro livro, que é uma homenagem a uma mãe de ex-presos políticos, veio a público no ano 2000. Todas as obras tinham por objetivo, além de resguardar a memória dos ativistas de esquerda, lembrar que o país ainda apresentava uma dívida para com os presos, mortos e desaparecidos políticos, com os seus familiares e com a história da nação.

A anistia de 1979 representou para alguns familiares a possibilidade de reencontro com os filhos que estavam longe de casa. Porém, isso não aconteceu com todos, pois muitos militantes não voltaram, e isso foi, aos poucos, entendido como a prova de que estavam mortos. Ao escreverem, no início da Nova República, as mães e os familiares não admitiam que a mesma fosse alicerçada sobre o esquecimento dos que tombaram durante a ditadura. Com estes objetivos, em seus relatos, denunciaram os aparelhos repressores do Estado, divulgaram os nomes de militantes mortos e de seus algozes e, ainda, as farsas montadas para esconder a prisão, tortura, morte e desaparecimento de militantes de esquerda no Brasil.

Além de recorrer à memória, os três livros possuem em anexo documentos enviados para autoridades brasileiras e estrangeiras, textos e cartas escritos pelos filhos e filhas antes do seu desaparecimento, fotos em família, relatos de parentes e companheiros de lutas, recortes de jornais, entre outros. Esta necessidade de documentar suas narrativas está ligada a um desejo de que seus relatos sejam considerados verdadeiros e de que a memória de seus filhos não seja esquecida.

Um dos primeiros momentos em que pais e mães de militantes políticos se viam confrontados com os agentes da repressão, devido à militância dos seus filhos e filhas, era quando estes/as eram perseguidos/as, presos/as ou sequestrados/as. Alguns/mas foram presos/as mais de uma vez durante o período estudado. As prisões tornaram-se mais preocupantes para os familiares após a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968.

Sônia Angel, filha de João Luiz de Moraes e Cléa Moraes, foi presa no dia 1º de maio de 1969 na Praça Tiradentes, centro do Rio de Janeiro, e encaminhada para o presídio feminino. Em 18 de março de 1970, também no Rio de Janeiro, aconteceu a prisão de Gilney Viana, filho de Divaldo Viana e Maria da Glória Amorim Viana.

Sua família só foi informada da prisão no dia 1º de maio, “quando ele já tinha passado 36 dias e 36 noites no centro de tortura do DOI-CODI” (Viana, 2000, p. 73). Fernando Santa Cruz, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santa Cruz Oliveira, desapareceu no dia 23 de fevereiro de 1974, em Copacabana. Antes de sair de casa, “Fernando deixou indicações do local e uma advertência: se não voltasse até às 18 horas, teria sido preso” (Assis *et al.*, 1985, p. 19).

As reações dos pais e mães com relação à militância, à prisão e ao desaparecimento de filhos e filhas foram as mais diversas. No período em que Sônia Maria de Moraes, depois chamada de Sônia Angel, por ter se casado com Stuart Angel,⁴ esteve presa, seu pai e sua mãe passaram por momentos de angústia e de extremo desconforto. O pai se descreve no livro como alguém que flertou com várias correntes políticas. Foi “integralista, já aos 12 anos de idade, getulista, socialista, conservador e revolucionário” (Moraes, 1994, p. 13). Militar, João Luiz chegou ao posto de tenente-coronel. A psicóloga Sonia Ilha, que auxiliou Moraes na escrita do livro, assim o caracterizou:

João Luiz de Moraes, militar, é a raiz de uma explicação óbvia: até aqueles idos, pai e filha não se afinavam politicamente, num natural conflito de gerações. Sônia, liberal, extrovertida, ele, conservador e limitado no alcance de uma interpretação mais profunda da realidade brasileira. O professor Moraes acreditava no que diziam na caserna e uma das verdades que aprendera era a de que “comunista come criancinhas e mata companheiros dormindo” (Moraes, 1994, p. 14).

Ou seja, ao longo de sua trajetória de vida e diante dos acontecimentos que levaram à prisão, exílio e morte de sua filha e do convívio com outros militantes, João Luiz de Moraes foi modificando os seus posicionamentos políticos. Porém, é interessante perceber que o “conflito de gerações”, para o qual a psicóloga chama atenção, e que estava relacionado com os diferentes posicionamentos políticos do pai e da filha, não é aprofundado nos relatos de memória de João Luiz de Moraes. Este chega mesmo a afirmar que a “filha não costumava debater política com os pais” (Moraes, 1994, p. 36). A política, para algumas famílias, era um dos fatores que compunham o chamado conflito de gerações. Possivelmente, para o pai de Sônia Maria, não falar de política era uma forma de evitar tal conflito. E não mencionar estes conflitos em suas memórias é uma forma de não reavivá-los.

Sabe-se pelo livro de memórias que, no início de 1964, o tenente-coronel Moraes levou a mulher Cléa e as

⁴ Sobre a história de Stuart Angel Jones e a luta de sua mãe, Zuzu Angel, para esclarecer a sua morte e desaparecimento, ver Valli (1986).

duas filhas – Sônia, então com 17 anos, e Ângela, de 13 – para a Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade (Moraes, 1994, p. 16). Ao longo dos anos 1960 e 1970, o pai de Sônia e de Ângela passou, então, de apoiador da ditadura a perseguido pelo regime.

A entrada de Sônia Maria para a militância coincidiu com o seu ingresso na universidade, em 1966. Sem maiores conhecimentos da atuação da filha, João Luiz e sua esposa, Cléa, trabalhavam diariamente, das 7 às 18 horas, pois eram donos de uma escola particular (Moraes, 1994, p. 22). A rotina dos pais foi alterada com a prisão da filha e ocorreu a confirmação de algo que até então era apenas uma desconfiança, a militância política dela. Após a prisão de Sônia Maria e apesar da grande carga de trabalho, rememora o pai:

Conseguíamos encontrar meios de visitar nossa filha pelo menos três vezes ao dia, todos os dias. [...] Procurávamos manter um bom relacionamento com o carcereiro porque tínhamos que nossa filha fosse sequestrada à noite pelo Exército que, àquela altura, já tornara rotina essa prática de retirar alguns presos e levá-los para as mansões clandestinas de tortura e morte, como as famosas casas de Petrópolis, São Conrado e outras (Moraes, 1994, p. 22).

A visita do pai e da mãe à filha na prisão era uma forma de lhe garantir a vida. Depreende-se dos relatos analisados que algumas mães tinham o conhecimento de que uma das primeiras coisas a fazer ao serem informadas da prisão de seus filhos era tentar localizar os mesmos e receber uma confirmação oficial da prisão. Muitos presos e presas, a exemplo do que ocorreu com Gilney Viana, ficavam detidos por mais de um mês sem que suas prisões fossem oficializadas. Era nesse período que muitos ativistas eram torturados e quando muitos militantes eram mortos, como aconteceu com Fernando Santa Cruz, entre outros/as.

Após ser libertada da prisão e ser inocentada de todas as acusações que pesavam contra si, Sônia Maria foi convencida pela família, pelo marido e por sua organização (MR-8) a deixar o país e ir para o exílio. O motivo do apelo se devia ao fato de que alguns militares não se conformavam com a libertação de Sônia Maria. Pai e filha, acompanhados por tia Edy, realizaram então uma viagem de carro do Rio de Janeiro até o Paraguai. Durante a viagem tiveram que parar em várias barreiras montadas pelos militares. Era nessa hora que Moraes se identificava como militar, o que facilitou a saída do país. Depois de muitas horas de viagem, já no Paraguai, aconteceu um grave acidente e Moraes ficou muito ferido e sua vida esteve em perigo devido à gravidade

dos ferimentos. Mesmo assim, conseguiu embarcar a filha num avião rumo ao exílio. Com o auxílio da família, Sônia Maria passou um ano e meio em Paris, onde trabalhou na Escola de Línguas Berlitz ensinando português, ao mesmo tempo em que frequentava o curso de economia da Universidade de Vincennes (Moraes, 1994, p. 22).

Depois de sua passagem pela França, Sônia Maria seguiu para Santiago do Chile, onde o pai lhe fez uma visita surpresa. Naquela cidade, a militante ficou sabendo da morte do seu marido, Stuart Edgar Angel Jones, em 1971. No início de 1973, Sônia Maria resolveu deixar Santiago e retornar ao Brasil. Nesta época, ela já tinha se desligado do MR-8 e militava na Ação Libertadora Nacional (ALN). No final de 1973, foi presa, juntamente com seu então companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana, num ônibus, quando viajava entre São Vicente e Santos, em São Paulo. Nesse momento, recomeçava o tormento da família Moraes.

Numa manhã de sábado, 1º de dezembro de 1973, o Exército comunicou em nota oficial a morte de dois “terroristas”, resultado – segundo a versão oficial – de enfrentamento com forças de segurança. Eram Antônio Carlos Bicalho Lana e Esmeralda Siqueira Aguiar, nome usado por Sônia Maria em São Paulo e revelado à sua mãe, depois de muita insistência, num dos últimos encontros com a família, durante o período em que esteve clandestina no Brasil. Se não tivessem conhecido o nome adotado pela filha, a família Moraes não teria ficado sabendo de sua morte. Além disso, esta informação nos mostra o grau de tensão em que viviam os familiares que procuravam nas páginas policiais dos jornais e, no caso dos Moraes, nos informes do Exército alguma informação sobre os/as filhos/as.

Após tomar conhecimento da nota do Exército, João Luiz de Moraes viajou imediatamente para São Vicente, direto para o apartamento onde Sônia vivia clandestinamente e usando um codinome. Este apartamento havia sido alugado pela tia de Sônia Maria, a mencionada tia Edy, que morava com seus pais. Este é mais um indício de como alguns familiares, além dos pais e mães, se envolviam na luta dos militantes de esquerda. Sobre a viagem para São Vicente, rememora o pai de Sônia:

Fomos todos: Cléa, minha filha Ângela, Tia Edy, o futuro genro e eu. Toda a família foi recebida por cinco elementos das forças de segurança, não identificáveis, fortemente armados de revólveres, pistolas e metralhadoras. O vexame foi completo. Maus-tratos e violência contra todos nós [...]. Na manhã seguinte, fui prestar depoimento no DOI-CODI. Lembranças muito desagradáveis (Moraes, 1994, p. 47).

A estratégia de levar toda a família na viagem, certamente, visava garantir testemunhas e prevenir atos de violência ainda maiores por parte da repressão. Após ter confirmada a morte da filha e prestar depoimento no DOI-CODI paulista, João Luiz resolveu regressar ao Rio de Janeiro. Chegando à cidade, procurou o seu amigo, general Décio Palmeiro Escobar. Naquele momento, ele recebeu voz de prisão e foi encaminhado por seu próprio amigo até a Polícia do Exército. Muitos anos depois, lembrando aquela prisão, Moraes chegou à conclusão de que sua reclusão visava impedir que ele intercedesse pela filha junto a outros militares. É que Sônia, aventa o pai em seu livro, “vivía ainda e estava sendo barbaramente seviciada no Rio e em São Paulo. Minha ida ao Rio e a interferência de amigos poderiam atrapalhar as torturas e o assassinato de minha filha, hipótese que o general Humberto não admitia” (Moraes, 1994, p. 48-49).

Ao retornar para casa, sem ter autorização para ver o corpo da filha, que, segundo os militares, já havia sido enterrado, o pai da militante foi recebido com mais ameaças de seus antigos companheiros de caserna. Além disso, um presente macabro lhe foi enviado:

[...] um cassete da Polícia do Exército, mandado pelo coronel Fiúza, com a advertência de que a “família estava falando muito”. Não dei importância às ameaças, nem ao presente, que foi jogado no fundo do armário, onde ficou por muitos anos. Só recentemente é que associei o presente do coronel Fiúza à forma de tortura sofrida por minha filha: ela fora estuprada com arma semelhante (Moraes, 1994, p. 53).

Durante muito tempo, segundo se lê no livro de memórias, a família acreditou na versão de que Sônia e Lana haviam sido mortos em confronto com a repressão militar. Tratando dessa situação, Moraes escreveu que “nem imaginava que houvesse tortura no Brasil”, até que foi surpreendido com uma notícia de primeira página do *Jornal do Brasil*, em 1978. Em tal nota, a Anistia Internacional divulgava uma lista de presos políticos mortos por tortura no Brasil e, nela, constava o nome de sua filha. Diante desta informação, Moraes foi procurar o Cardeal Arns, o qual confirmou que Sônia Maria havia morrido sob tortura. A partir daquele momento, a família começou a bater na porta dos agentes da repressão para saber onde estava o corpo da filha. Nas palavras de João Luiz, “Cléa e eu resolvemos investigar a morte de Sônia” (Moraes, 1994, p. 57). E as descobertas dolorosas feitas

pelo casal foram divulgadas através do vídeo “Sônia Morta e Viva” e do livro em análise.⁵

Fica difícil para o leitor do relato de Moraes aceitar, num primeiro momento, a informação de que ele desconhecia a existência de tortura no Brasil, até 1978. Isto se deve ao fato de que ele nos relata que fez várias visitas à filha, no exílio e durante a clandestinidade no Brasil, entre 1972 e 1973, que conviveu com seu genro, Stuart Angel, antes do mesmo ser desaparecido pela repressão, que conheceu outros militantes, além de outros fatores presentes no relato. Será que nestes contatos nunca se falou em torturas, mortes e desaparecimentos? Porém, esta versão torna-se verossímil quando atentamos para o fato de que as memórias narradas são extremamente traumáticas. Possivelmente, para o militar, era muito mais palatável a versão de que filha havia sido morta em combate, sem cair nas mãos dos seus algozes e sem denegrir ainda mais a imagem dos militares.

Assim como a família Moraes, também outras famílias tiveram o seu cotidiano alterado e passaram a ter que conviver com o medo de ver a filha ou o filho morto devido à sua militância, que durante algum tempo era desconhecida pelos pais e pelas mães. Em 1964, a polícia prendeu Gilney Viana, com 18 anos de idade. Ao saber da prisão do filho, Glória Viana tomou a iniciativa de visitá-lo no DOPS de Belo Horizonte. A mãe, acompanhada do marido, disse para o delegado que queria ver o filho, ao que foi atendida. Ao reencontrar Gilney, Glória perguntou se ele estava bem, se foi maltratado e se precisava de algo. Gilney deu um abraço no pai, que, “emocionado, nada falava” (Viana, 2000, p. 50). Pai e filho, desde os eventos políticos que sacudiram o Brasil em 1961, haviam se colocado em campos opostos na política. Divaldo era um ex-prefeito da UDN e Gilney um estudante com inclinações políticas de esquerda. O silêncio do pai na carceragem do DOPS, certamente, era um indício da dificuldade do mesmo em conversar com o filho sobre a sua prisão.

A prisão de Gilney, rememora Glória Viana, perturbou o ambiente familiar. “Alguns dos irmãos, assim como o pai, eram francamente contrários às suas ideias, mas por fraternidade eram solidários” (Viana, 2000, p. 53). Todos queriam Gilney livre da cadeia. Para isso, a mãe procurou parentes, como o irmão de seu marido, que tinham certa influência política, e as autoridades militares. O filho foi enfim libertado. Todos ficaram felizes e o pai decidiu que ninguém deveria mais tocar no assunto da prisão de Gilney (Viana, 2000, p. 53). Possivelmente, esta era uma forma de não reavivar o conflito com o filho.

⁵ Em 1985, Moraes resolveu produzir o vídeo “Sônia Morta e Viva”, dirigido por Sérgio Waismann, com narração do ator Carlos Vereza. “O vídeo correu o mundo. Esteve com a Anistia Internacional e na BBC, em Londres. João Luiz e Cléa fizeram uma verdadeira peregrinação pelo país, exibindo-o como um dramático documento contra a tortura” (Moraes, 1994, p. 15).

Gilney voltou para o convívio familiar. Entre 1965 e 1968, ele continuou sua militância sem discuti-la com os pais. O pesadelo dos Viana reapareceu em 1969, quando Gilney entrou para a clandestinidade por ser muito procurado pela repressão. A polícia invadiu a casa da família Viana em busca de Gilney. Apesar de ainda discordar da militância do filho, Divaldo não se negou a socorrê-lo. Marcou um “ponto” com o mesmo a fim de lhe entregar algum dinheiro e roupas. “Inesperadamente”, segundo Glória, o marido “estava se metendo numa coisa de que não gostava. Falou mais forte o espírito paterno” (Viana, 2000, p. 64). Ou seja, o pai arriscava a sua segurança e, talvez, a própria vida para auxiliar o filho.

Glória Viana lembra que seu marido, Divaldo, diante destes acontecimentos e posteriormente com a segunda prisão do filho, tornou-se “uma pessoa atormentada, perturbada, agredida pelos acontecimentos”. Segundo ela:

Ele simplesmente não aceitava o fato de ter um filho terrorista, assaltante de banco, lançador de bombas e que atentava contra a vida das pessoas – como era pintado o retrato público do Gilney. Para ele era uma tortura ouvir dos policiais, militares, agentes secretos, e da imprensa, que o filho era violento, sanguinário, assassino, além de insinuações ou afirmações sobre a inevitabilidade de sua morte, mais cedo ou mais tarde. Divaldo não conseguia encarar os amigos, os parentes que, mesmo sem malícia, lhe perguntavam por Gilney, por que, como, onde? (Viana, 2000, p. 66).

A solução encontrada por Divaldo foi deixar Belo Horizonte e ir morar em Vitória, no Espírito Santo, onde não conheciam ninguém. Enquanto isso, seu filho vivia na clandestinidade. As notícias, escassas, chegavam através de amigos e de cartas que Gilney lhes enviava. O retorno de Vitória aconteceu em 1970. Divaldo havia cedido aos apelos dos filhos e voltou com a esposa para Belo Horizonte. Por essa época, Divaldo raramente saía de casa e passou a depender cada vez mais do auxílio dos filhos. A saúde, que já era frágil, começou a se deteriorar ainda mais. Segundo Glória Viana, “seu debilitamento físico era agravado pelos traumas psicológicos e aborrecimentos” (Viana, 2000, p. 72).

Quando ficaram sabendo da prisão de Gilney, em 1970, a família toda decidiu ir para o Rio de Janeiro. Divaldo, que antes não queria falar do assunto, foi o primeiro a propor: “Vamos para o Rio, vamos visitá-lo amanhã mesmo” (Viana, 2000, p. 74). O percurso entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro foi feito de carro. A família ficou sabendo que teriam que pedir uma autorização

para o Desipe – Departamento Sistema Penal – para que pudessem visitar Gilney. Faltavam alguns documentos exigidos pelo órgão de segurança para que a autorização de visita fosse liberada. Foi nesse momento que Glória olhou para o servidor público e apelou para o “sentimento de mãe (porque certamente ele também teve mãe, não é?), e chorei, até que ele concedeu as autorizações para a visita” (Viana, 2000, p. 77). Glória, ao que tudo indica, tinha consciência de que aquele seu ato comoveria o funcionário público, afinal de contas ele também tinha ou “teve mãe”. E era com base no seu direito “natural” de mãe que ela exigia conhecer o paradeiro de Gilney. Ao procurar sensibilizar o agente público com seu choro, Glória Viana, assim como fizeram outras mães de presos e desaparecidos políticos, antecipava algumas estratégias que seriam utilizadas mais tarde pelas mulheres do Movimento Feminino pela Anistia. Segundo Ana Rita Fonteles Duarte, as mulheres do MFPA invocavam sentimentos e valores ligados à maternidade, à fragilidade, ao cuidado “natural” com a família. Com isto, as mulheres “buscavam ‘driblar’ os agentes do regime e avançar em sua luta, sem comprometer ainda mais a segurança dos parentes e delas mesmas”.⁶

Porém, quando os Viana chegaram ao presídio, ficaram sabendo que havia 15 minutos que o filho e mais 19 presos políticos tinham sido transferidos para a Ilha Grande, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. A família não se deixou abater. Na semana seguinte, fizeram mais uma viagem e, finalmente, pai, mãe e irmãos pegaram a barca que levava os familiares de presos até a Ilha Grande. Finalmente, puderam se encontrar com Gilney, após dois meses que ele estava preso (Viana, 2000, p. 77). Ao longo do tempo, as viagens favoreceram o convívio com os familiares de outros presos políticos, as trocas de experiências e a construção de estratégias conjuntas de luta contra a ditadura que se materializaram na criação do Movimento Feminino pela Anistia e, posteriormente, nos Comitês Brasileiros pela Anistia.

As visitas de Divaldo ao filho na prisão da Ilha Grande foram se tornando raras. Em 1973, Divaldo faleceu. Encerravam-se, conforme Glória Viana, “38 anos de convivência e deixando recordações para o tempo da memória” (Viana, 2000, p. 74). Após a morte do marido, Glória Viana continuou a sua militância como “mãe de preso político”.

Glória Viana nos informa que passou a se interessar e agir politicamente a partir da prisão do filho. Esta afirmação nos mostra que a mesma foi ressignificando a sua participação na esfera pública. Filha de um coronel da Guarda Nacional, desde a infância acompanhava, mesmo que de longe, o desenrolar das disputas políticas entre os

⁶ Sobre a utilização dos “jogos de gênero” pelas participantes do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, ver Fonteles Duarte (2009, p. 146).

próceres da região em que moravam. Ao se casar, além de dona de casa, exerceu o papel de primeira dama de um prefeito da UDN, que ela e a família ajudaram a eleger. Ao longo do seu relato, Glória Viana foi dando maior importância para o fato de ser e agir, como ela mesma se intitula, “mãe de preso político”. Podemos perceber nesta parte do relato algo parecido com o que ocorreu com João Luiz de Moraes. Da mesma forma que o pai de Sônia Angel, a mãe de Gilney Viana foi modificando sua postura política ao acompanhar a tragédia em que seu filho se viu envolvido.

Além disso, Glória Viana relata que quando passou a se interessar por política ocorreu uma “inversão de papéis” em sua casa. Naquele momento,

meu marido passou a se ocupar das questões domésticas, eu passei a me ocupar das questões do mundo da porta de casa para fora. Ocorreu uma inversão de papéis, sutilmente. Quando os generais assumiram o governo, acabaram com a democracia e proibiram a política e foi então que eu comecei a me interessar e participar da política. Com um detalhe, agora era uma política diferente e eu não mais acompanhava as decisões do meu marido (Viana, 2000, p. 77).

O rompimento com o mundo doméstico, com a esfera do privado, ocorreu juntamente com a independência política frente ao marido. Este rompimento foi acontecendo lentamente e vinha ocorrendo desde o início dos anos 1960 quando Divaldo, desgostoso com a política, deixou de querer se candidatar a cargos eletivos. Assim como Glória Viana, outras mães também abandonaram o espaço privado do lar para atuar como militantes das causas dos direitos humanos e na denúncia contra os horrores da ditadura (ver Machado, 2012).

Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, na época do desaparecimento do filho, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, contava com aproximadamente 66 anos de idade. Era mãe de 11 filhos e já tinha tido uma experiência com a ditadura, pois sua filha havia sido presa e torturada em 1971, no Rio de Janeiro. Em 1974, deixou o seu lar em Pernambuco para empreender várias viagens pelo país, principalmente, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo informações obtidas pela mãe, irmãos e irmãs, Fernando havia sido detido por policiais no Rio de Janeiro, conforme foi presenciado por várias pessoas, juntamente com seu companheiro Eduardo Collier Filho (Assis *et al.*, 1985, p. 20-21). Ambos militavam na AP. Este último estava na clandestinidade e era procurado pelos órgãos de repressão.

Após a prisão, as famílias receberam uma informação de que eles teriam sido transferidos para São Paulo.

Diante dessa notícia, a irmã de Fernando, Márcia de Santa Cruz Freitas, e a mãe de Eduardo, Risoleta Meira Collier, seguiram para a capital paulista. No DOI, da Rua Tomás Carvalhal, foram informadas de que as visitas só poderiam ocorrer no domingo, a partir das 10 horas. No dia de visitas combinado, o chefe de serviços declarou que Fernando e Eduardo não se encontravam ali. A partir desse dia, as famílias de Fernando e Eduardo nunca mais tiveram nenhuma informação sobre seus filhos desaparecidos.

No livro sobre Fernando Santa Cruz, não encontramos referências ao posicionamento político de Lincoln Santa Cruz, nem mesmo referências sobre a relação entre pai e filhos/as. Em seu depoimento para o livro, escrito por vários autores, entre eles Chico de Assis, Elzita Santa Cruz nos informa que seu marido, o médico pernambucano Lincoln Santa Cruz, ficou inconformado com a prisão e desaparecimento do filho:

Ele diz assim “como é que meu filho desapareceu assim, tão moço? Por quê? Mesmo que ele tivesse culpa, que fosse julgado... queria vê-lo preso, e não assim, desaparecido”. Então, eu acho que isso deve ter influído muito na saúde dele (Assis et al., 1985, p. 88).

Além de adoecer, o marido decidiu se aposentar, recolhendo-se ao espaço privado. Uma das irmãs de Fernando lembra o sofrimento vivenciado pelo pai logo após saber que o filho estava desaparecido. Conforme Auxiliadora, “era difícil não lembrar a tristeza de papai. Seus gemidos de dor eram ouvidos à distância, sempre que pensava onde poderia estar o seu filho” (Assis *et al.*, 1985, p. 100). As falas de Elzita e Auxiliadora parecem corroborar a visão de algumas mães da Praça de Maio, na Argentina, segundo a qual, enquanto elas saíam para denunciar o desaparecimento de seus filhos e filhas, “os homens ficavam em casa. Eles não sabiam o que fazer.” Tanto as mulheres argentinas quanto as brasileiras, envolvidas na luta para saber o paradeiro de seus filhos e de suas filhas, afirmam que, nestas situações, os homens são menos resistentes e que as mulheres são mais fortes. As mães nada temiam e não pensavam em outra coisa além do perigo que seus filhos estavam correndo (Capdevila, 2001, p. 119). Tal atitude pode ser percebida no depoimento de Elzita Santa Cruz, quando nos informa que não sentia medo da repressão:

Medo, não. Nunca senti medo, não. A gente sente, assim, um certo receio, porque é uma coisa desagradável a gente entrar num quartel, principalmente com aquele aparato todo, aquele negócio... já impunha um certo receio, mas medo, não. Eu acho que o desespero é tão grande da pessoa que pouco tá ligando à vida, não é? (Assis et al., 1985, p. 93).

Após se certificar do desaparecimento do filho, Elzita Santa Cruz passou a endereçar cartas diariamente para várias autoridades. Nestas cartas, ela se apresentava como mãe e nesta condição exigia conhecer o paradeiro de seu filho. Lembrava as autoridades da falta de atendimento das formalidades constitucionais e apelava pelo cumprimento da lei (Assis *et al.*, 1985, p. 27). Algumas vezes, ela recorreu a um suposto sentimento de paternidade dos homens importantes da nação. Isto se depreende de uma carta que Elzita Santa Cruz escreveu para o marechal Juarez Távora, ex-ministro do governo Castelo Branco, na qual ela lembrava ao militar que este também era pai e era “mais ao pai e à generosidade do seu coração que me dirijo”. A autora apelava dessa forma para uma questão privada, o sentimento de paternidade, de um homem público buscando que este intercedesse numa questão do Estado. Fazia parte dos jogos de gênero adotados pela mãe apelar para aspectos da identidade masculina das autoridades, neste caso a paternidade.

Estratégia semelhante era adotada com relação às esposas dos militares. Foi para o sentimento de maternidade que a missivista se dirigiu quando enviou uma carta para a mulher do general presidente do Brasil, Sra. Lucy Geisel (Assis *et al.*, 1985, p. 26). Ao que tudo indica, estes apelos não tiveram a resposta desejada, ou seja, a indicação do paradeiro de Fernando.

A prática de homens e mulheres escreverem para as autoridades é recorrente em nossa história republicana. Durante o Estado Novo, homens que se encontravam presos, alguns até sem “qualquer nota de culpa”, solicitavam aos mandatários da nação que os mesmos revissem sua situação, pois eram pais e chefes de família e porque suas mulheres, filhos e filhas sofriam com a falta daquele que tinha por responsabilidade prover a família. Segundo Marlene Faveri (2002), era comum mulheres catarinenses encaminharem solicitações ao então governador do estado e mesmo ao presidente Getúlio Vargas para que os mesmos influenciassem na soltura de seus maridos (Faveri, 2002). Exemplos desse material podem ser encontrados no acervo privado de Osvaldo Aranha, sob a guarda do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e nas correspondências enviadas ao presidente Getúlio Vargas, disponíveis no Arquivo Nacional.

Além das autoridades governamentais, militares e civis, Elzita Santa Cruz, assim como o fizeram outras mães, escreveu também para entidades de direitos humanos, civis e eclesiásticas, no Brasil e para algumas situadas no exterior. Enviou cartas para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA, à Comissão Internacional de Justiça, ao senador Edward Kennedy, à Anistia Internacional.

No período por nós estudado, até este momento, somente encontramos menções a cartas endereçadas

para autoridades que foram escritas por mães de presos políticos. Não encontramos cartas escritas por pais. As mães chegaram a escrever diretamente para o presidente da República, denunciando o desaparecimento de seus filhos e atestando que estes eram bons filhos e, no caso de Fernando Santa Cruz, informando que era também um pai dedicado e trabalhador. Ao que tudo indica, porém, o clamor das mães, encaminhado através de missivas, não foi suficiente para comover as autoridades.

Considerações finais

Ao percorrermos os três relatos de memórias, podemos observar que a maneira como os pais reagiram ao saber da prisão e desaparecimento de seus filhos e filha não foi homogênea. Apesar da vergonha trazida pela prisão e pela divulgação da imagem dos/a filhos/a como comunistas, terroristas e assaltantes de banco, em nenhum dos casos aqui analisados os pais deixaram de fornecer algum tipo de auxílio ou de manifestar indignação com o que ocorreu com os mesmos. Por outro lado, segundo os relatos, a reação das mães foi sempre a de enfrentar os agentes da repressão, empregando para isso sua identidade de mães e jogando com os papéis de gênero. Ao se apresentarem como mulheres frágeis, que agiam por amor aos filhos e pela união da família, acreditavam que isso as tornava menos vulneráveis à agressão dos agentes da repressão.

Nos casos aqui analisados, nenhum pai usou estratégia correlata à das mães. Ou seja, os pais, diante dos agentes da repressão, não apelavam para as noções de paternidade, enfatizando papéis paternos para justificar a ação em favor da sua prole ou tentando sensibilizar o “espírito paterno” das autoridades, sempre homens. Alguns colocavam suas vidas ou sua integridade física em risco ao tentar auxiliar o filho ou a filha, como fizera o pai de Sônia Angel, ao viajar com ela para fora do país.

Os pais e mães, nos casos de Sônia e Gilney, afirmam em suas memórias que desconheciam a militância do/a filho/a até que ocorreu a primeira prisão. Estes pais e mães nos informam ainda que não discutiam política em casa. Tal afirmação, em alguns relatos, pode ser facilmente questionada. Parece se tratar de um desejo de silenciar sobre tal fato, desejo este que pode estar relacionado a uma mentalidade segundo a qual os/as filhos/as não eram reconhecidos como interlocutores com conhecimento suficiente para questionar a visão política e, consequentemente, a autoridade dos mais velhos e especialmente do pai.

As mães, talvez por não serem tão aferradas a posicionamentos políticos/partidários, não tinham este tipo de discussão com os filhos/as. Tal maneira de agir, certamente, facilitava o seu relacionamento com os/as mesmos/as. Dos

relatos analisados, e que têm as mães como personagens centrais, fica-nos a imagem de que não havia conflito de geração entre mães e filhos/as.

Em algumas das situações analisadas, pais e mães acabavam embaralhando os papéis de gênero. Foi o que aconteceu quando os homens passaram a se recolher ao espaço privado, enquanto as mulheres adentraram, cada vez mais, na esfera pública. Em outros momentos, constatamos o uso intencional dos papéis considerados legítimos para pais e mães, com o objetivo de ajudar filhos e filhas.

Referências

- ANSART, P. 2001. História e memória dos ressentimentos. In: S. BRESCIANI; M. NAXARRA (orgs.), *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo, Editora da Unicamp, p. 15-36.
- ASSIS, C.; AHMED, A.; ILHA, S. 1985. *Onde está meu filho? História de um desaparecido político*. São Paulo, Paz e Terra, 175 p.
- BADINTER, E. 1993. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 266 p.
- CAPDEVILA, L. 2001. Resistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des Pays de l'ouest*, **108**(2):103-128.
- FAVERI, M. 2002. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC/UNIVALI, 533 p.
- FERRER, E. 2011. *A geração que queria mudar o mundo*. Brasília, Ministério da Justiça, 687 p.
- FONTELES DUARTE, A.R. 2009. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 226 p.
- HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 189 p.
- JELIN, E. 2002. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI, 146 p.
- MACHADO, V. 2012. Lembranças do pai: por uma história da paternidade nas memórias dos que lutaram contra a ditadura civil militar brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, XI, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro, IFCS-IH. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#V>. Acesso em: 12/08/2013.
- MONTEIRO, M.R.L. 1998. *Honestino – o bom da amizade é a não cobrança*. Brasília, Da Santa Casa Editora, 272 p.
- MORAES, J.L. 1994. *O calvário de Sônia Angel: Uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro, Gráfica MEC, 112 p.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Proj. História*, **10**:7-28.
- PEDRO, J.M. 2005. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, **24**(1):77-98. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>
- POLLAK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, **2**(3):3-15.
- RODEGHERO, C.S.; DIENSTMANN, G.; TRINDADE, T. 2011. *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 368 p.
- SCOTT, J. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, **20**(2):71-99.
- SELLIGMANN-SILVA, M (org.). 2003. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, Editora da Unicamp, 555 p.
- VALLI, V. 1986. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro, Philobiblion, 237 p.
- VIANA, G.A. 2000. *Glória: mãe de preso político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 145 p.

Submetido: 07/03/2013

Aceito: 23/04/2013